

SUMÁRIO

SEÇÃO I – TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

Capítulo I – TRIBUTOS EM GERAL	37
COMO ESTUDAR DIREITO TRIBUTÁRIO	37
1. DIREITO TRIBUTÁRIO	42
1.1. Introdução: O Direito Tributário como ramo Autônomo do Direito	42
1.1.1. Atividade Financeira do Estado	42
1.1.2. Receita Pública	43
1.1.3. Receitas Originárias e Derivadas	44
1.1.4. Direito Tributário	44
1.2. Conceito de Tributo	46
1.2.1. Pagamento em dinheiro, com algumas ressalvas	47
1.2.2. Compulsoriedade: o dever de pagar tributos não representa faculdade do contribuinte	49
1.2.3. Caráter não punitivo: o tributo não representa sanção, o que não afasta a existência de multas tributárias	50
1.2.3.1. Progressividade sancionatória	52
1.2.4. A necessária previsão em lei para instituição de tributo	53
1.2.5. Cobrança vinculada: não há discricionariedade do agente público na exigência dos tributos	54
1.3. Classificação dos Tributos	55
1.3.1. Quanto ao Exercício da Competência Tributária: Privativos, Comuns e Residuais	55
1.3.2. Quanto à Competência para Instituição: Federais, Estaduais, Municipais, Distritais e de Competência Compartilhada	56
1.3.3. Quanto à Finalidade Predominante: Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais	57
1.3.4. Quanto à Atuação do Estado: Vinculados e não Vinculados	58
1.3.5. Quanto ao Destino da Arrecadação: Tributos de Arrecadação Vinculada e não Vinculada	60

1.3.6.	Quanto ao Repasse do Ônus Financeiro: Diretos e Indiretos	61
1.3.7.	Quanto à Hipótese de Incidência: Reais e Pessoais	62
1.3.8.	Quanto à Progressividade: Progressivos, Proporcionais e Fixos	63
1.3.9.	Quanto às Bases Econômicas de Incidência: Comércio Exterior, Patrimônio e Renda, Produção e Circulação e Extraordinários ou Especiais	65

Capítulo II – ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 69

COMO ESTUDAR AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 69

2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 70

2.1. Da Teoria Binária à Teoria Pentapartida: Quais as Espécies de Tributos? 70

2.1.1. Teoria Dualista, Bipartida ou Bipartite 71

2.1.2. Teoria Tripartida, Tricotômica ou Tripartite 71

2.1.3. Teoria Quadripartida, Tetrapartida ou Tetrapartite 72

2.1.4. Teoria Pentapartida ou Quinpartida 72

2.2. Natureza Jurídica dos Tributos 75

2.3. Espécies Tributárias 78

2.3.1. Empréstimos Compulsórios 78

2.3.2. Contribuições de Melhoria 82

2.3.2.1. Base de cálculo e limites individual e geral 85

2.3.3. Contribuições Especiais 88

2.3.3.1. Contribuições sociais 91

2.3.3.1.1. Contribuições de Seguridade Social 91

2.3.3.1.2. Outras Contribuições Sociais 92

2.3.3.1.3. Contribuições Sociais Gerais 93

2.3.3.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico 95

2.3.3.3. Contribuições corporativas 98

2.3.3.3.1. Contribuição Sindical 98

2.3.3.3.1.1. A contribuição sindical deixou de ser tributo após a reforma trabalhista? 99

2.3.3.3.2. Contribuições para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas 100

2.3.3.4. Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento – COSIPSM 101

2.3.4.	Impostos	104
2.3.4.1.	Instituição dos impostos	105
2.3.4.2.	Os impostos e o princípio da não vinculação (ou não afetação)	106
2.3.5.	Taxas	107
2.3.5.1.	Competência para instituição das taxas	108
2.3.5.2.	Taxas pelo exercício do poder de polícia	110
2.3.5.3.	Taxas pela execução de serviços públicos	112
2.3.5.3.1.	As taxas e os serviços públicos relaciona- dos à limpeza urbana	114
2.3.5.3.2.	As taxas e os serviços relacionados à segurança pública	115
2.3.5.3.3.	Outros julgados importantes do STF rela- tivos às taxas	117
2.3.5.4.	A base de cálculo das taxas	118
2.3.5.5.	A alíquota das taxas	123
2.3.5.6.	Diferenças entre taxa e tarifa ou preço público	124
2.3.5.7.	Resumo sistematizado das principais taxas e res- pectivos entendimentos jurisprudenciais	127
Capítulo III – FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		129
COMO ESTUDAR A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		129
3.	FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	131
3.1.	Fato Gerador	131
3.1.1.	Fato Gerador e Hipótese de Incidência	131
3.1.1.1.	Características e critérios da hipótese de incidência	133
3.1.1.2.	Subsunção tributária	135
3.1.2.	A Interpretação Objetiva do Fato Gerador	135
3.1.3.	Fato Gerador das Obrigações Principal e Acessória	138
3.1.3.1.	Momento da ocorrência do fato gerador	139
3.1.3.1.1.	Fato gerador definido com base em si- tuações de fato	140
3.1.3.1.2.	Fato gerador definido com base em si- tuação jurídica	140
3.1.3.1.3.	Fato gerador e as condições suspen- sivas	141

3.1.4.	Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos Fraudulentos	143
3.1.4.1.	Elisão, Evasão e Elusão Fiscal	143
3.1.4.2.	Norma geral antielisão fiscal	145
3.1.5.	Classificação do Fato Gerador	149
3.1.5.1.	Fato gerador simples ou instantâneo	149
3.1.5.2.	Fato gerador periódico simples ou contínuo	150
3.1.5.3.	Fato gerador periódico composto ou complexo ...	150
3.2.	Obrigação Tributária	152
3.2.1.	Obrigação Tributária Principal	152
3.2.2.	Obrigação Tributária Acessória	153
3.2.3.	Sujeitos da Obrigação Tributária	156
3.2.3.1.	Sujeito ativo	157
3.2.3.1.1.	Delegação da capacidade tributária ativa	157
3.2.3.1.2.	Sujeitos ativos diretos e indiretos	158
3.2.3.1.3.	Modificação superveniente do sujeito ativo em virtude de desmembramento territorial	161
3.2.3.2.	Sujeito passivo	161
3.2.3.2.1.	Inoponibilidade das convenções particulares à Fazenda Pública	164
3.2.3.2.2.	Solidariedade	165
3.2.3.2.3.	Capacidade tributária passiva	169
3.2.4.	Domicílio Tributário	170
Capítulo IV – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		175
COMO ESTUDAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		175
4.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	176
4.1.	Direito Tributário	176
4.1.1.	Conceito, Objeto, Natureza e Finalidade	176
4.1.2.	Fontes do Direito Tributário	177
4.2.	Legislação Tributária: Conceito e Disposições Gerais	178
4.2.1.	As Leis	180
4.2.1.1.	Leis em sentido estrito, medidas provisórias, leis delegadas e decretos-lei	180
4.2.1.2.	Resoluções do Senado Federal e decretos legislativos	181
4.2.2.	Tratados e Convenções Internacionais	183

4.2.3.	Os Decretos	188
4.2.4.	As Normas Complementares	189
4.2.4.1.	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	189
4.2.4.2.	Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa	190
4.2.4.3.	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	190
4.2.4.4.	Os convênios celebrados entre União, os Estados, Distrito Federal e Municípios	191
4.2.4.5.	Observância das Normas Complementares	192
4.3.	Vigência da Legislação Tributária	193
4.3.1.	Noções Gerais	193
4.3.2.	Vigência Temporal da Legislação Tributária	195
4.3.3.	Vigência Espacial da Legislação Tributária	197
4.4.	Aplicação da Legislação Tributária	198
4.4.1.	Irretroatividade no CTN	199
4.4.2.	Casos em que a Legislação Tributária Poderá Retroagir	200
4.4.2.1.	Leis expressamente interpretativas	201
4.4.2.2.	Leis mais benéficas nos casos de infrações e penalidades	203
4.5.	Interpretação da Legislação Tributária	206
4.5.1.	Critérios de Interpretação	207
4.5.1.1.	Interpretação quanto à fonte	207
4.5.1.2.	Interpretação quanto aos efeitos	208
4.5.2.	Interpretação da Legislação Tributária no CTN	208
4.5.2.1.	Interpretação necessariamente literal	208
4.5.2.2.	Interpretação benigna em matéria de infrações	210
4.5.2.3.	Princípios gerais de direito privado	212
4.5.2.4.	Institutos, conceitos e formas de direito privado	213
4.6.	Integração da Legislação Tributária	214
Capítulo V - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS		219
COMO ESTUDAR OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS		219
5.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	221
5.1.	Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional	225

5.2.	Princípios Específicos do Direito Tributário – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar	228
5.2.1.	Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal	228
5.2.1.1.	Exceções ao Princípio da Legalidade	233
5.2.1.2.	Legalidade e os decretos regulamentares	235
5.2.1.3.	Legalidade, Medidas Provisórias e Leis Delegadas .	238
5.2.1.4.	Benefício fiscal e princípio da legalidade	240
5.2.1.4.1.	Gastos tributários	242
5.2.1.5.	Correção monetária e princípio da legalidade	242
5.2.2.	Princípio da Isonomia	243
5.2.3.	Princípio da Capacidade Contributiva	249
5.2.3.1.	Princípio da capacidade contributiva e sigilo bancário	251
5.2.4.	(Macro)Princípio da Não Surpresa	252
5.2.4.1.	Princípio da irretroatividade	253
5.2.4.1.1.	A irretroatividade e os fatos geradores complexivos	253
5.2.4.2.	Princípio da anterioridade anual	256
5.2.4.2.1.	Anterioridade e redução de benefício fiscal	259
5.2.4.2.2.	Exceções ao princípio da anterioridade anual	263
5.2.4.2.3.	Anterioridade anual e Medidas Provisórias	265
5.2.4.3.	Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventaena)	267
5.2.4.3.1.	Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal	269
5.2.4.3.2.	Noventaena e medidas provisórias	271
5.2.5.	Princípio do Não Confisco ou da Razoabilidade na Tributação	273
5.2.5.1.	Não confisco e a vedação às sanções políticas	277
5.2.6.	Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens ...	278
5.2.7.	(Macro)Princípio da Preservação do Pacto Federativo	281
5.2.7.1.	Princípio da uniformidade da tributação no território nacional	281
5.2.7.2.	Princípio da uniformidade da tributação da renda .	283

5.2.7.3. Princípio da vedação às isenções heterônomas	284
5.2.8. Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino	287

**Capítulo VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR –
IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 289**

COMO ESTUDAR AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	289
6. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	290
6.1. Conceito	290
6.2. Distinções Necessárias	292
6.2.1. Imunidade, não incidência, isenção, alíquota zero e remissão: conteúdos jurídicos distintos e efeitos práticos semelhantes	292
6.2.2. Imunidades e isenções	294
6.2.3. Imunidades e obrigações acessórias	296
6.3. Que Espécie Legislativa pode prever os Requisitos para Gozo ou Fruição de uma Imunidade Tributária?	297
6.4. Classificações das Imunidades	298
6.4.1. Imunidades subjetivas, objetivas ou mistas	298
6.4.1.1. Imunidades subjetivas e os contribuintes de fato ...	299
6.4.2. Imunidades ontológicas e políticas	300
6.4.3. Imunidades explícitas e implícitas	301
6.4.4. Imunidades condicionadas e incondicionadas	301
6.4.5. Imunidades gerais e específicas	302
6.5. Espécies de Imunidades Tributárias	302
6.5.1. Imunidade tributária recíproca	303
6.5.1.1. Autarquias e fundações públicas	305
6.5.1.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista	307
6.5.1.2.1. Imunidade recíproca e os Correios	310
6.5.1.3. Promitente comprador	313
6.5.1.4. Imunidade recíproca e os tributos indiretos	313
6.5.1.5. Arrendamento, cessão de uso de bem público e sucessão	314
6.5.1.6. Outras decisões do STF sobre a imunidade tributária recíproca	316
6.5.2. Imunidade religiosa	318

6.5.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	323
6.5.3.1. Requisitos legais para o reconhecimento da imunidade das instituições de educação e de assistência social	326
6.5.3.1.1. A exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS	326
6.5.3.2. Imunidade e as entidades de previdência social	328
6.5.3.3. Outras decisões sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social	330
6.5.4. Imunidade cultural	332
6.5.4.1. Imunidade e os materiais utilizados na confecção dos livros, jornais e periódicos	334
6.5.4.2. Imunidade e os serviços correlatos aos livros, jornais e periódicos	336
6.5.4.3. Imunidade dos livros eletrônicos (<i>e-books</i>)	336
6.5.5. Imunidade musical	338
6.5.6. Outras imunidades	340

Capítulo VII – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 343

COMO ESTUDAR A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	343
7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	345
7.1. Responsabilidade por Substituição e por Transferência	347
7.2. Responsabilidade Pessoal, Solidária e Subsidiária	349
7.3. Responsabilidade Por Substituição	351
7.3.1. Substituição tributária regressiva	351
7.3.2. Substituição tributária progressiva	352
7.3.2.1. A constitucionalidade da substituição tributária progressiva	354
7.3.2.2. A possibilidade de restituição	357
7.3.2.2.1. Diferença entre a base de cálculo presumida e a efetiva	357
7.4. Responsabilidade por Transferência	360
7.4.1. Responsabilidade por solidariedade	361
7.4.2. Responsabilidade por sucessão	363
7.4.2.1. Responsabilidade na transmissão de bens imóveis	364

7.4.2.1.1.	Sub-rogação pessoal	366
7.4.2.1.2.	Exceções em relação à regra da responsabilidade tributária do adquirente de bem imóvel	367
7.4.2.2.	Responsabilidade na transmissão de bens móveis ..	370
7.4.2.3.	Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	372
7.4.2.4.	Responsabilidade na sucessão empresarial	375
7.4.2.4.1.	Abrangência da responsabilidade na sucessão empresarial	375
7.4.2.4.2.	Responsabilidade tributária e alterações societárias	376
7.4.2.4.3.	Responsabilidade do sócio remanescente nos casos continuação da atividade após extinção da sociedade	379
7.4.2.4.4.	Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional	379
7.4.2.4.5.	Exceções à responsabilidade na sucessão empresarial	382
7.4.3.	Responsabilidade de terceiros	384
7.4.3.1.	Responsabilidade de terceiros por atuação regular	385
7.4.3.1.1.	Hipóteses de responsabilidade de terceiros com atuação regular	387
7.4.3.2.	Responsabilidade de terceiros por atuação irregular	388
7.4.3.2.1.	A responsabilidade pessoal e o entendimento do STJ	389
7.4.3.2.2.	A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de direito privado	390
7.5.	Responsabilidade por Infrações	395
7.5.1.	Responsabilidade pessoal do agente	396
7.5.2.	Denúncia espontânea	398
7.5.2.1.	Denúncia espontânea, parcelamento e depósito do montante integral	399
7.5.2.2.	Denúncia espontânea e obrigações acessórias	400

7.5.2.3. Denúncia espontânea e os tributos sujeitos a lançamento por homologação	401
--	-----

Capítulo VIII – LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 403

COMO ESTUDAR O LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	403
---	-----

8. LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	404
---	-----

8.1. Conceito e Natureza Jurídica	404
---	-----

8.1.1. Lançamento tributário: procedimento ou ato?	406
--	-----

8.1.2. Natureza jurídica do lançamento tributário	406
---	-----

8.1.3. Consumação do lançamento tributário	408
--	-----

8.1.4. Autonomia da obrigação tributária ante o crédito tributário	408
--	-----

8.2. Competência para o Lançamento	409
--	-----

8.3. Legislação aplicável ao Lançamento	411
---	-----

8.3.1. Impostos lançados por períodos certos de tempo	413
---	-----

8.3.2. Taxa de câmbio aplicável ao lançamento	413
---	-----

8.4. Alteração do Lançamento	414
------------------------------------	-----

8.4.1. Impugnação do sujeito passivo	415
--	-----

8.4.2. Recurso de ofício (ou remessa necessária) e recurso voluntário	415
---	-----

8.4.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	416
--	-----

8.4.4. Erro de direito e erro de fato	416
---	-----

8.5. Modalidades de Lançamento	418
--------------------------------------	-----

8.5.1. Lançamento de ofício ou direto	418
---	-----

8.5.2. Lançamento por declaração ou misto	420
---	-----

8.5.3. Lançamento por homologação ou “autolancamento”	423
---	-----

8.5.3.1. Atos praticados pelo sujeito passivo após o fato gerador	424
---	-----

8.5.3.2. Homologação expressa ou tácita	425
---	-----

8.5.4. A técnica do arbitramento	426
--	-----

Capítulo IX – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 429

COMO ESTUDAR EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	429
---	-----

9. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	430
---	-----

9.1. Isenção	431
--------------------	-----

9.2. Anistia	436
--------------------	-----

9.3. Quadro comparativo entre isenção e anistia	437
---	-----

Capítulo X - SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	439
COMO ESTUDAR SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	439
10. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	440
10.1. Moratória	442
10.1.1. Créditos abrangidos pela moratória	445
10.1.2. Requisitos para concessão da moratória e moratória parcelada (diferenciação em relação ao parcelamento)	446
10.2. Parcelamento	448
10.2.1. Parcelamento de devedores em recuperação judicial	451
10.3. Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal	452
10.4. Liminar em Mandado de Segurança e Liminar ou Tutela Antecipada em outras Ações Judiciais	453
10.5. Depósito do Montante Integral	455
Capítulo XI - EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	457
COMO ESTUDAR EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	457
11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	459
11.1. Pagamento	460
11.1.1. Efeitos da mora no pagamento	461
11.1.2. Imputação em pagamento	462
11.1.3. Pagamento indevido e restituição	463
11.2. Compensação	470
11.3. Transação	473
11.4. Remissão	479
11.5. Consignação em Pagamento	480
11.6. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento	482
11.7. Conversão do Depósito em Renda	483
11.8. Decisão Administrativa Irreformável	483
11.9. Decisão Judicial Transitada em Julgado	483
11.10. Dação em Pagamento de Bens Imóveis	484
11.11. Decadência	485
11.12. Prescrição	490
Capítulo XII - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	495
COMO ESTUDAR ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	495
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	495

12.1. Fiscalização	496
12.1.1. Poderes das autoridades administrativas	496
12.1.2. Deveres das autoridades administrativas	499
12.1.2.1. Termo de início da fiscalização	499
12.1.2.2. O dever de manter sigilo	500
12.1.2.2.1. Exceções ao sigilo fiscal	501
12.1.2.3. A permuta de informações sigilosas	504
12.2. Dívida ativa	504
12.3. Certidões negativas de débito	507
12.3.1. Certidões positivas com efeitos de negativas	507
12.3.2. Dispensa da apresentação de certidão negativa	508
12.3.3. Responsabilidade por expedição de certidão com erro	508
12.4. Meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	509
Capítulo XIII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	511
COMO ESTUDAR GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ...	511
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	512
13.1. Garantias do crédito tributário	512
13.1.1. A totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito tribu- tário	513
13.1.2. Presunção de fraude à execução fiscal	515
13.1.3. A indisponibilidade dos bens – art. 185-A	516
13.1.4. Prova de quitação dos tributos	517
13.2. Privilégios do crédito tributário	518
13.2.1. Regras relativas ao processo de falência	519
13.2.2. Regras relativas aos processos de inventário ou arrolamento e de liquidação judicial ou voluntária	520
13.2.3. Autonomia da execução fiscal	521
13.2.4. Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	521
SEÇÃO II – IMPOSTOS EM ESPÉCIE	
Capítulo XIV – IMPOSTOS FEDERAIS	527
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS FEDERAIS	527
14. IMPOSTOS FEDERAIS	529
14.1. Imposto de importação	529

14.1.1. Fato gerador	530
14.1.2. Local de incidência	532
14.1.3. Momento de ocorrência do fato gerador	532
14.1.3.1. Despacho de Importação	533
14.1.4. Contribuintes	534
14.1.5. Alíquotas	534
14.1.6. Base de cálculo	535
14.1.7. Aspectos gerais	536
14.2. Imposto de exportação	536
14.2.1. Fato gerador	537
14.2.2. Local de incidência	537
14.2.3. Momento de ocorrência do fato gerador	538
14.2.4. Contribuintes	538
14.2.5. Alíquotas	538
14.2.6. Base de cálculo	539
14.3. Imposto de renda	539
14.3.1. Princípios específicos e aspectos gerais	539
14.3.2. Fato gerador	540
14.3.2.1. Imposto de Renda e as indenizações	542
14.3.2.2. Imposto de renda, atualização monetária e juros de mora	543
14.3.2.3. Imposto de renda e os valores depositados em conta bancária	545
14.3.2.4. Demais questões envolvendo incidência do imposto de renda	545
14.3.3. Local de incidência	548
14.3.4. Momento de ocorrência do fato gerador	549
14.3.5. Contribuintes	550
14.3.6. Alíquotas	551
14.3.7. Base de cálculo	551
14.3.7.1. Dependentes	554
14.3.8. Isenções	555
14.4. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI	558
14.4.1. Princípios específicos e aspectos gerais	558
14.4.1.1. IPI e o princípio da seletividade	558
14.4.1.2. IPI e o princípio da não cumulatividade	559

14.4.1.2.1	Não cumulatividade e a sistemática de creditação	560
14.4.1.3	Aspectos gerais do IPI	563
14.4.2	Fato gerador	563
14.4.3	Momento de ocorrência do fato gerador	564
14.4.4	Local de incidência	565
14.4.5	Contribuintes	565
14.4.6	Alíquotas	567
14.4.7	Base de cálculo	567
14.4.8	O IPI e a reforma tributária	569
14.5	Imposto sobre operações financeiras	570
14.5.1	Fato gerador	571
14.5.2	Momento de ocorrência do fato gerador	572
14.5.3	Local de incidência	573
14.5.4	Contribuintes	573
14.5.5	Alíquotas	574
14.5.6	Base de cálculo	574
14.6	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	576
14.6.1	Aspectos gerais	576
14.6.2	Fato gerador	577
14.6.3	Local de incidência	578
14.6.4	Momento de ocorrência do fato gerador	579
14.6.5	Sujeito ativo	580
14.6.6	Contribuintes	581
14.6.7	Alíquotas	581
14.6.8	Base de cálculo	581
14.6.9	Isonomia dos imóveis rurais destinados à reforma agrária, ocupados por remanescentes de quilombolas e das pequenas glebas	582
14.7	Imposto Sobre Grandes Fortunas	583
Capítulo XV – IMPOSTOS ESTADUAIS		585
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS ESTADUAIS		585
15	IMPOSTOS ESTADUAIS	587
15.1	ICMS	587
15.1.1	Características Gerais	588
15.1.2	Classificação	590

15.1.3. Aspecto Material	591
15.1.3.1. Operações relativas à circulação de mercadorias	592
15.1.3.1.1. Conceito de mercadoria	592
15.1.3.1.2. Circulação de mercadorias	595
15.1.3.2. ICMS e operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	596
15.1.3.2.1. Leasing operacional, lease back e leasing financeiro	598
15.1.3.2.2. Leasing internacional	599
15.1.3.3. ICMS e operações de comodato	600
15.1.3.4. ICMS e as operações societárias	601
15.1.3.5. A tributação conjunta de mercadorias e serviços ...	601
15.1.3.6. ICMS e energia elétrica	607
15.1.3.6.1. Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD	608
15.1.3.6.2. Cobrança sobre demanda contratada .	611
15.1.3.7. A tributação dos serviços de transporte	612
15.1.3.8. A tributação dos serviços de comunicação	614
15.1.3.8.1. Operações onerosas	614
15.1.3.8.2. Provedores de internet	615
15.1.3.8.3. Serviço de habilitação de telefone celular e tarifa de assinatura básica mensal de telefonía	616
15.1.3.8.4. Local de incidência	619
15.1.3.8.5. Inadimplemento do consumidor final ...	620
15.1.4. Aspecto Espacial	621
15.1.4.1. ICMS nas operações interestaduais	625
15.1.4.1.1. Regra de transição	627
15.1.4.1.2. A obrigatoriedade de edição de lei com- plementar para cobrança do diferencial de alíquota	627
15.1.4.1.3. Estabelecimento das alíquotas interes- taduais	631
15.1.4.2. ICMS nas importações	632
15.1.5. Aspecto Temporal	634

15.1.5.1. Saída de mercadoria para outro estabelecimento do mesmo titular	638
15.1.6. Aspecto Quantitativo – Alíquota	639
15.1.6.1. Seletividade	642
15.1.6.2. Não cumulatividade	643
15.1.6.2.1. Operações isentas e não tributadas	644
15.1.6.2.2. Regime de conta gráfica	647
15.1.6.2.3. Aquisição de produtos intermediários, bens de conveniência e destinados ao ativo fixo do estabelecimento	648
15.1.6.2.4. Correção monetária	653
15.1.6.2.5. Cumulatividade e os serviços de comunicação e de transporte	653
15.1.6.2.6. Devedor contumaz e adquirente de boafé	653
15.1.7. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	655
15.1.7.1. Imposto “por dentro”	656
15.1.7.2. Outros valores que integram a base de cálculo	657
15.1.7.3. Exclusão do IPI da base de cálculo	659
15.1.7.4. Regime de pauta fiscal	660
15.1.8. Aspecto Pessoal	663
15.1.8.1. Sujeito passivo do ICMS	663
15.1.8.2. Sujeito ativo do ICMS	666
15.1.9. Aspectos Relevantes Além da Regra Matriz de Incidência	666
15.1.9.1. Lançamento	666
15.1.9.2. Concessão de benefícios fiscais de ICMS	666
15.1.9.3. Restituição do ICMS cobrado indevidamente	674
15.1.9.4. Substituição tributária	675
15.1.9.4.1. Criminalização do ICMS declarado e não pago	679
15.1.9.5. Imunidades em relação ao ICMS	680
15.1.9.5.1. Imunidade sobre a exportação de mercadorias ao exterior	681
15.1.9.5.2. Imunidade nas operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes,	

	combustíveis líquidos e gasosos deles derivados e energia elétrica	681
	15.1.9.5.2.1. ICMS monofásico sobre combustíveis e lubrificantes	683
	15.1.9.5.3. Imunidade das operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	686
	15.1.9.5.4. Imunidade nas prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radio-difusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	687
	15.1.9.5.5. Imunidades genéricas aplicadas ao ICMS	687
15.2.	Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	689
	15.2.1. Aspecto Quantitativo – Alíquotas	691
	15.2.2. Aspecto Espacial	693
	15.2.3. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	694
	15.2.4. Aspecto Material	697
	15.2.4.1. Doação	698
	15.2.4.2. Renúncia à herança	698
	15.2.4.3. Partilha desproporcional de bens	699
	15.2.4.4. Fideicomisso	699
	15.2.5. Aspecto Temporal	700
	15.2.6. Regime de Recolhimento	701
	15.2.6.1. Momento do recolhimento do ITCMD no processo de inventário	702
	15.2.7. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	704
	15.2.8. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	706
	15.2.9. Lançamento	706
	15.2.9.1. Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nos processos de inventário	707
	15.2.9.2. Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nas doações	708
15.3.	IPVA	708
	15.3.1. IPVA e a Imunidade Recíproca	710
	15.3.2. Aspecto Quantitativo – Alíquotas	712
	15.3.3. Aspecto Material	713

15.3.3.1. IPVA e as embarcações e aeronaves	714
15.3.4. Aspecto Temporal	716
15.3.5. Aspecto Espacial	716
15.3.6. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	717
15.3.7. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	717
15.3.8. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	718
15.3.8.1. Leasing ou arrendamento mercantil	718
15.3.8.2. Responsabilidade do antigo proprietário em relação ao IPVA	719
15.3.9. Lançamento	721
15.3.9.1. Notificação do lançamento e prazo prescricional	722

Capítulo XVI – IMPOSTOS MUNICIPAIS 725

COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS MUNICIPAIS

 725

16. IMPOSTOS MUNICIPAIS

 726

16.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN

 726

16.1.1. Características gerais do imposto

 726

16.1.2. Fato gerador do ISS (aspecto material)

 728

16.1.2.1. Exportação de serviços

 733

16.1.2.2. Operações mistas: ISS x ICMS

 734

16.1.2.3. Serviços bancários

 735

16.1.2.4. Contrato de arrendamento mercantil (**leasing**)

 736

16.1.2.5. Contrato de franquia

 736

16.1.2.6. Planos de saúde e seguro-saúde

 738

16.1.2.7. Construção civil

 740

16.1.2.8. Serviço de transporte municipal

 743

16.1.2.9. Serviço de licenciamento ou cessão de direitos sobre *softwares*

 744

16.1.2.10. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade

 745

16.1.3. Imunidades

 746

16.1.4. Local da incidência tributária (aspecto espacial)

 749

16.1.4.1. Alterações promovidas pela Lei Complementar nº 175/2020 no ISS

 753

16.1.5. Sujeitos da relação jurídico-tributária no ISS (aspecto sub- jetivo ou pessoal)

 755

16.1.5.1. Sujeito ativo

 755

16.1.5.2. Contribuinte	756
16.1.6. Base de cálculo	760
16.1.7. Alíquota	762
16.1.7.1. ISS-Fixo	764
16.1.8. Regime de restituição	765
16.1.9. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	766
16.1.10. Lançamento	767
16.2. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	768
16.2.1. Fato gerador (aspecto material)	769
16.2.2. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	773
16.2.3. Local de incidência (aspecto espacial)	773
16.2.3.1. Imóveis com destinação rural localizados em zona urbana	775
16.2.4. Sujeito ativo	776
16.2.4.1. Cobrança de IPTU de imóvel situado em território acrescido a Município em desacordo com as exigências do art. 18, § 4º, da CF	776
16.2.5. Contribuintes	777
16.2.6. Desapropriação, usucapião e IPTU	778
16.2.7. Loteamentos irregulares e o IPTU	780
16.2.8. Imunidades e IPTU	781
16.2.9. Base de cálculo	784
16.2.10. Alíquotas	786
16.2.11. Lançamento	789
16.3. ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis	790
16.3.1. Imunidades e o ITBI	790
16.3.2. Aspecto material	793
16.3.3. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	799
16.3.4. Local de incidência (aspecto espacial)	801
16.3.5. Sujeito ativo	801
16.3.6. Sujeito passivo (contribuinte)	801
16.3.7. Base de cálculo	802
16.3.8. Alíquota	805

Capítulo XVII – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	807
COMO ESTUDAR REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	807
17. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	808
17.1. Introdução	808
17.2. Repartição direta e indireta	809
17.3. Tributos sujeitos e não sujeitos à repartição	809
17.4. Repartição direta	811
17.4.1. Repartição do IR com Estados e DF	811
17.4.2. Repartição do IR com Municípios	811
17.4.3. Repartição do IOF-Ouro com DF, Estados e Municípios	812
17.4.4. Repartição do ITR com Municípios	812
17.4.5. Repartição do IPVA com os municípios	813
17.4.6. Repartição do ICMS e do IBS com os municípios	813
17.4.7. Repartição dos impostos residuais com os Estados e o DF ..	817
17.5. Repartição indireta	817
17.5.1. Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e Fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	817
17.5.2. Repartição do IPI e do IS com Estados e DF	820
17.5.2.1. Compensação à desoneração das exportações	820
Capítulo XVIII – SIMPLES NACIONAL	823
COMO ESTUDAR O SIMPLES NACIONAL	823
18. SIMPLES NACIONAL	825
18.1. Noções gerais	825
18.2. Definição de ME e EPP	827
18.3. Receitas de exportação	830
18.4. Os sublimites e as condições diferenciados por estado, DF ou município	830
18.5. Vedações à opção	831
18.5.1. Vedação plena	832
18.5.2. Vedação parcial	833
18.5.3. Permissão expressa para opção	838
18.6. Opção pelo Simples	841
18.7. Exclusão do Simples	841

18.8. Tributos abrangidos pelo Simples	842
18.9. Tributos não abrangidos pelo Simples Nacional	844
18.10. Substituição Tributária e Tributação Monofásica	846
18.11. ICMS e ISS com valor fixo para as microempresas	848
18.12. Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução de PIS, COFINS e ICMS para produtos da cesta básica	849
18.13. Redução de alíquotas na aquisição de bens para o ativo imobilizado	849
18.14. Faixas de incidência e parcelas de cada tributo	849
18.15. Não cumulatividade	851
18.16. Regime de competência e regime de caixa	852

SEÇÃO III – REFORMA TRIBUTÁRIA

Capítulo XIX – REFORMA TRIBUTÁRIA – O NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO	857
19.1. VISÃO GERAL DO NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO	857
19.2. IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS – CBS	859
19.2.1. Uniformidade em relação ao IBS e à CBS	860
19.2.2. Legislação única e uniforme	861
19.2.3. Princípios norteadores do IBS	861
19.2.3.1. Princípio da neutralidade	861
19.2.3.2. Princípio da não cumulatividade	863
19.2.3.2.1. Regime de compensação	867
19.2.3.3. Princípio da transparência	868
19.2.4. Hipóteses de incidência do IBS e da CBS	869
19.2.4.1. Definição legal dos conceitos de fornecedor, for- necimento, adquirente e destinatário	872
19.2.4.2. Fornecimento combinado de bens e serviços	873
19.2.4.3. Do IBS e da CBS sobre Importações	874
19.2.4.3.1. Da Importação de Bens Imateriais e Serviços	875
19.2.4.3.2. Da Importação de Bens Materiais	877
19.2.4.3.3. Base de Cálculo	880
19.2.4.3.4. Sujeito Passivo	881
19.2.4.3.5. Pagamento e Não Cumulatividade	882
19.2.4.4. Isenções	883

19.2.5. Momento de ocorrência do fato gerador	885
19.2.6. Base de cálculo	888
19.2.7. Alíquotas do IBS e da CBS (alíquota única x alíquota uniforme)	889
19.2.7.1. Alíquota de referência	891
19.2.8. Cobrança por fora	894
19.2.9. Sujeito passivo	895
19.2.10. Da Extinção dos Débitos	898
19.2.10.1. <i>Split Payment</i>	901
19.2.11. Dos Regimes de Apuração	904
19.2.12. Vedação geral à concessão de benefícios fiscais	905
19.2.13. Benefícios fiscais, regimes específicos e regimes diferenciados	906
19.2.13.1. Regimes específicos	906
19.2.13.1.1. Combustíveis e lubrificantes	906
19.2.13.1.2. Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos	909
19.2.13.1.3. Sociedades cooperativas	912
19.2.13.1.4. Serviços de transporte coletivo de passageiros	913
19.2.13.1.5. Demais operações sujeitas a regime específico de tributação	914
19.2.13.2. Regimes diferenciados	914
19.2.13.2.1. Redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS ...	916
19.2.13.2.2. Redução de 30% nas alíquotas de IBS e CBS na prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística	918
19.2.13.2.3. Isenção ou redução das alíquotas de IBS e CBS em 100%	920
19.2.13.2.3.1. Regime Diferenciado da CBS para o Prouni	922
19.2.13.2.4. Cesta básica nacional	922
19.2.13.2.5. Pequeno produtor rural e produtor integrado .	923
19.2.13.2.6. Demais regimes diferenciados	923
19.2.13.3. A Zona Franca de Manaus – ZFM	924
19.2.14. O Cashback	925
19.2.15. Imunidades	929

19.2.15.1. Prestação de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	931
19.2.15.2. Exportação	931
19.2.15.2.1. Das Exportações de Bens Imateriais e Serviços	933
19.2.15.2.2. Das Exportações de Bens Materiais	935
19.2.16. Do local da operação e da distribuição da arrecadação do IBS aos entes federativos	937
19.2.17. Questões delegadas à Lei Complementar	941
19.2.17.1. Desoneração da aquisição de bens de capital	941
19.2.18. Da Administração do IBS e da CBS	941
19.2.18.1. Fiscalização e Lançamento de Ofício	944
19.2.18.2. Fiscalização e Procedimento Fiscal	945
19.2.18.3. Das Presunções Legais	948
19.2.18.4. Regime Especial de Fiscalização	949
19.2.19. Da Operacionalização do IBS e da CBS	952
19.2.20. Comitê Gestor do IBS	954
19.2.20.1 Funções do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CGIBS	956
19.2.20.2. Natureza jurídica do Comitê Gestor do IBS	957
19.2.20.3. Representatividade dos entes federativos e composição do Comitê Gestor do IBS	958
19.2.20.4. Demais aspectos relacionados ao Comitê Gestor	962
19.2.21. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR	962
19.2.21.1. Critérios para distribuição dos recursos do FNDR	963
19.3. IMPOSTO SELETIVO – IS	964
19.3.1. Fato Gerador	967
19.3.2. Base de Cálculo	967
19.3.3. Das Alíquotas	970
19.3.4. Sujeito Passivo	971
19.3.5. Apuração e Pagamento	973
19.3.6. Demais Disposições	973
19.4. TRANSIÇÃO “PARA A SOCIEDADE” E TRANSIÇÃO FEDERATIVA	976
19.4.1. Transição para a sociedade	977
19.4.1.1. Da Fixação das Alíquotas do IBS Durante a Transição	977
19.4.1.2. Transição 2027 a 2028	978
19.4.1.3. Transição 2029 a 2032	979

19.4.1.4. Da Fixação das Alíquotas do IBS Durante a Transição pela LC 214/2025	981
19.4.1.5. Da Fixação das Alíquotas da CBS Durante a Transição pela LC 214/2025	983
19.4.2. Transição federativa	984
19.4.2.1. Seguro-receita	985

SEÇÃO IV – PROCESSO TRIBUTÁRIO

Capítulo XX – EXECUÇÃO FISCAL	989
COMO ESTUDAR A EXECUÇÃO FISCAL	989
20. EXECUÇÃO FISCAL	991
20.1. Aplicabilidade da lei de execuções fiscais	991
20.2. Dívida ativa	993
20.2.1. Conceito	993
20.2.2. Inscrição em Dívida Ativa	996
20.2.3. Classificação	1002
20.2.3.1. Dívida Ativa não tributária – Tribunal de Contas .	1002
20.2.3.2. Dívida Ativa não tributária – multas ambientais ...	1005
20.2.3.3. Dívida Ativa não tributária – multas do PROCON	1006
20.2.3.4. Dívida Ativa não tributária – multa penal	1007
20.2.4. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	1010
20.3. Competência	1013
20.4. Legitimados	1015
20.4.1. Redirecionamento da execução fiscal	1019
20.4.1.1. Conceito	1019
20.4.1.2. Redirecionamento x Desconsideração da Personalidade Jurídica	1020
20.4.1.3. Hipóteses de redirecionamento na jurisprudência	1024
20.4.1.4. Prescrição no redirecionamento da Execução Fiscal	1026
20.5. Procedimento: da petição inicial à sentença	1028
20.5.1. Petição inicial	1028
20.5.2. Citação	1031
20.5.2.1. Despacho ordenando a citação interrompe a prescrição	1032
20.5.2.2. Citação por edital	1033

20.5.3. Garantia da Execução Fiscal	1035
20.5.3.1. Depósito em dinheiro	1036
20.5.3.2. Fiança bancária e seguro garantia	1036
20.5.3.3. Oferta de bens à penhora	1037
20.5.4. Penhora	1038
20.5.4.1. Princípio da menor onerosidade x Princípio da realização da execução no interesse do credor	1047
20.5.4.2. Substituição de seguro garantia ou fiança bancá- ria	1049
20.5.5. Inscrição do devedor em cadastro de inadimplência e medidas aflictivas ou meios atípicos de execução	1050
20.5.6. Prescrição intercorrente da execução fiscal	1051
20.5.7. Extinção da Execução Fiscal	1057
20.5.7.1. Renúncia nas ações de execução fiscal	1058
20.5.7.2. Sucumbência	1060
20.6. Fraude à execução	1063
20.7. Meios de defesa/impugnação do executado	1065
20.7.1. Embargos à execução	1066
20.7.2. Exceção de pré-executividade	1069
20.8. Execução fiscal e os processos de falência e recuperação judicial ...	1071
20.8.1. Falência	1072
20.8.2. Recuperação Judicial	1076
20.9. Cobrança extrajudicial do crédito inscrito em dívida ativa da União e do FGTS e o negócio jurídico processual em matéria tributária ...	1078
20.9.1. Portaria da PGFN nº 33/2018	1078
20.9.2. Portaria da PGFN nº 742/18	1084
Capítulo XXI – AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	1089
COMO ESTUDAR AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	1089
21. AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	1091
21.1. Medida cautelar fiscal	1091
21.1.1. Conceito e Objetivos	1091
21.1.2. Competência	1091
21.1.3. Hipóteses de Cabimento	1092
21.1.4. Procedimento	1093
21.2. Ação Declaratória	1097
21.3. Ação Anulatória de Débito Fiscal	1099

21.4.	Mandado de Segurança	1102
21.4.1.	Mandado de segurança e restituição administrativa	1109
21.5.	Ação de Repetição de Indébito Tributário	1110
21.6.	Ação de Consignação em pagamento	1111
21.7.	Ação Rescisória	1113
21.8.	Os limites da coisa julgada em matéria tributária	1114